

PROJETO DE LEI Nº , DE 2007
(Do Sr. CARLOS BEZERRA)

Altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 que *institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficiárias de assistência social no ensino superior, altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os artigos 1º, *caput*; §§ 2º e 4º; 5º, §§ 4º e 5º, II; 10, § 2º; 11, *caput*, II, “b” da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, passam a vigorar acrescidos da expressão *bolsas de estudo parciais de 80% (oitenta por cento)* com a seguinte redação:

“1º Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos _PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 80% (oitenta por cento), 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos.”

.....

§ 2º As bolsas de estudo parciais de 80% (oitenta por cento), 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), cujos critérios de distribuição serão definidos em regulamento pelo Ministério de Educação, serão concedidas a brasileiros não-portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 3 (três) salários-mínimos mediante critérios definidos pelo Ministério de Educação.

.....

§ 4º Para os efeitos desta Lei, as bolsas de estudo parciais de 80% (oitenta por cento), 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) deverão ser concedidas, considerando-se todos os descontos regulares e de caráter coletivo oferecidos pela instituição, inclusive aqueles dados em virtude do pagamento pontual das mensalidades.

.....

Art. 5º.....

.....

§ 4º A instituição privada de ensino superior com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficiante poderá, alternativamente, em substituição ao requisito previsto no caput deste artigo, oferecer 1 (uma) bolsa integral para cada 22 (vinte e dois) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados em cursos efetivamente nela instalados, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério de Educação, desde que ofereça, adicionalmente, quantidade de bolsas parciais de 80% (oitenta por cento), 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) na proporção necessária para que a soma dos benefícios concedidos na forma desta Lei atinja o equivalente a 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) da receita anual dos períodos letivos que já têm bolsistas do Prouni, efetivamente recebida nos termos da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, em cursos de graduação ou seqüencial de formação específica.

§ 5º.....

.....

II – alternativamente, em substituição ao requisito previsto no inciso I deste parágrafo, oferecer 1 (uma) bolsa integral para cada 19 (dezenove) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados em cursos efetivamente nela instalados, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, desde que ofereça, adicionalmente, quantidade de bolsas parciais de 80% (oitenta por cento), 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) na proporção necessária para que a soma dos benefícios concedidos na forma desta lei atinja o equivalente a 10% (dez por cento) da receita anual dos períodos letivos que já têm bolsistas do Prouni, efetivamente recebida nos termos da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, em cursos de graduação ou seqüencial de formação específica.

.....

Art. 10.....

.....

§ 2º Para o cumprimento do que dispõe o § 1º deste artigo, serão contabilizadas, além das bolsas integrais de que trata o caput deste artigo, as bolsas parciais de 80% (oitenta por cento), 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudante enquadrado no § 2º do art. 1º desta Lei e a assistência social em programas não decorrentes de obrigações curriculares de ensino e pesquisa.

.....

Art. 11. As entidades beneficentes de assistência social que atuem no ensino superior poderão, mediante assinatura de termo de adesão no Ministério da Educação, adotar as regras do Prouni, contidas nesta lei, para seleção dos estudantes beneficiados com bolsas integrais e bolsas parciais de 80% (oitenta por cento), 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte

e cinco por cento), em especial as regras previstas no art. 3º e no inciso II do caput e §§ 1º e 2º do art. 7º desta Lei, comprometendo-se, pelo prazo de vigência do termo de adesão, limitado a 10 (dez) anos, renovável por iguais períodos, e respeitado o disposto no art. 10 desta Lei, ao atendimento das seguintes condições:

.....

II.....

.....

b) poderá contabilizar os valores gastos em bolsas integrais e parciais de 80% (oitenta por cento), 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), destinadas a estudantes enquadrados no § 2º do art. 1º desta Lei, e o montante direcionado para a assistência social em programas não decorrentes de obrigações curriculares de ensino e pesquisa.

.....”

Art. 2º Acrescente-se ao art. 2º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, o seguinte inciso IV:

“Art. 2º.....

.....

IV – a estudantes que tenham concluído o ensino médio em qualquer tempo.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O ProUni é o principal programa de bolsas de estudo do Ministério de Educação. Oferece bolsas integrais e parciais de 50% (cinquenta por cento) e 20% (vinte por cento) para estudantes dos cursos de graduação e dos cursos seqüenciais, em instituições privadas de ensino superior.

Os alunos são pré-selecionados pelo perfil sócio-econômico e pelos resultados do exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e na última etapa, pela instituição de ensino. Precisam comprovar ter renda familiar per capita inferior a três salários mínimos.

Neste ano foram oferecidas 108.642 vagas, sendo que 65.276 bolsas foram integrais, isto é, totalmente pagas pelo Governo. Já as bolsas parciais, tiveram menor procura, o que demonstra a dificuldade para o pagamento das prestações mensais por parte dos estudantes.

Segundo Ronaldo Mota, secretário de Educação Superior do MEC, *os mecanismos de financiamento do governo terão de se adequar ainda a um perfil de aluno que já concluiu o ensino médio há algum tempo, pois mais de 40% dos universitários têm mais de 24 anos.*

Se, somente 9% da população entre 24 e 60 anos tem diploma de ensino superior, podemos inferir que há uma demanda reprimida aguardando possibilidade de acesso a este nível de ensino. Ainda mais que hoje as pessoas buscam conhecimento e aprimoramento não só pelo aspecto competitivo, mas, pela satisfação pessoal em saber mais.

Apresentamos a inclusão da oferta de bolsas de ensino parciais de 80% (oitenta por cento), atendendo a demanda da população mais pobre, para a qual a bolsa parcial de 50% (cinquenta por cento) e 25% (vinte e cinco por cento) são insuficientes para suprir as dificuldades pessoais e familiares dos pretendentes ao ensino superior.

Incluimos dentre os preferenciais às bolsas do ProUni, todos os estudantes que tenham concluído o ensino médio, não importando a data da conclusão, mas sim, a determinação de continuar estudando, uma vez que o acesso ao ensino superior já exige dedicação ao estudo, e competição com os demais estudantes quando da prestação do vestibular.

Esperamos contar com a colaboração dos nobres Pares no encaminhamento desta iniciativa que procura aprimorar o texto da Lei do ProUni.

Sala das Sessões, em de de 2007.

Deputado **CARLOS BEZERRA**